

## **‘As mulheres do Ajó’: das batalhas cotidianas no campo à construção de conhecimentos agroecológicos na Amazônia Paraense**

Ellen Patricia Marques do Carmo<sup>1</sup>; Monique Medeiros<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo analisar a construção do conhecimento agroecológico entre mulheres que integram a Associação Agroextrativista dos Moradores do Ajó (AMA). A associação está situada no município de Cametá, região amazônica do Baixo Tocantins, no Pará, e se trata de uma iniciativa inovadora, coordenada e formada por 11 mulheres. Com base em uma pesquisa de caráter qualitativo, mais especificamente, em um estudo de caso sobre a AMA, foram utilizados instrumentos metodológicos como entrevistas semiestruturadas e observação participante com as 11 agricultoras associadas a AMA. As entrevistas foram realizadas entre os meses de julho a agosto de 2022, e à luz das lentes da “construção do conhecimento agroecológico” e da “construção do conhecimento contextual”, as análises evidenciam que a construção do conhecimento agroecológico por essas mulheres se dá de forma contextualizada, se materializando em práticas sociais, sobretudo, organizacionais. Tal materialização do conhecimento agroecológico, para além de facilitar o acesso dessas mulheres a diferentes mercados, visibiliza a importância de seus trabalhos produtivos e de sua criatividade na superação de distintos desafios, como aqueles avultados pela Pandemia da Covid-19.

**Palavras-chave:** Conhecimento contextual. Agroecologia. Agricultoras Familiares. Cametá.

### **The construction of agroecological knowledge and social practices by the women of the Ajó Residents Agroextractivist Association in Pará**

**Abstract:** This article aims to analyze the construction of agroecological knowledge among women who are members of the Agroextractive Association of Ajó Residents (AMA). The association is located in the municipality of Cametá, in the Amazon region of Baixo Tocantins, in Pará, and is an innovative initiative coordinated and formed by 11 women. Based on qualitative research, more specifically, a case study on the AMA, methodological instruments such as semi-structured interviews and participant observation were used with the 11 women farmers associated with the AMA. The interviews were conducted between July and August 2022, and in light of the lenses of “construction of agroecological knowledge” and “construction of contextual knowledge”, the analyses show that the construction of agroecological knowledge by these women takes place in a contextualized manner, materializing in social practices, especially organizational ones. This materialization of agroecological knowledge, in addition to facilitating these women's access to different markets, highlights the importance of their productive work and creativity in overcoming various challenges, such as those posed by the Covid-19 pandemic.

**Keywords:** Contextual knowledge. Agroecology. family farmers. Cametá.

### **‘Las mujeres de Ajó’: de las batallas cotidianas en el campo a la construcción de conocimientos agroecológicos en la Amazonia paraense.**

**Resumen:** El objetivo de este artículo es analizar la construcción del conocimiento agroecológico entre las mujeres que integran la Asociación Agroextractivista de Moradores do Ajó (AMA). La asociación está situada en el municipio de Cametá, en la región amazónica del Bajo Tocantins, en Pará, y se trata de una iniciativa innovadora, coordinada y formada por 11 mujeres. Basándose en una investigación de carácter cualitativo, más concretamente en un estudio de caso sobre la AMA, se utilizaron instrumentos metodológicos como entrevistas semiestruturadas y observación participante con las 11 agricultoras asociadas a la AMA. Las entrevistas se realizaron entre los meses de julio y agosto de 2022 y, a la luz de la «construcción del conocimiento agroecológico» y la «construcción del conocimiento contextual», los análisis evidencian que la construcción del conocimiento agroecológico por parte de estas mujeres se produce de forma contextualizada, materializándose en prácticas sociales, sobre todo organizativas. Esta materialización del conocimiento agroecológico, además de facilitar el acceso de estas mujeres a diferentes mercados, pone de manifiesto la importancia de su trabajo productivo y su creatividad para superar distintos retos, como los que ha planteado la pandemia de la Covid-19.

**Palabras clave:** Conocimiento contextual. Agroecología. Agricultores familiares. Cametá.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Agroecossistemas pelo Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias (UFSC). e1311marques@gmail.com - orcid.org/0000-0001-9498-3914

<sup>2</sup> Doutora em Agroecossistemas pelo Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas (UFSC). mmedeiros@ufpa.br - orcid.org/0000-0001-8789-0621

## 1 INTRODUÇÃO

A Comunidade rural do Ajó, *locus* de análise deste artigo, integra a zona rural do município de Cametá, localizado na região do Baixo Tocantins, no Estado do Pará. A região do Baixo Tocantins possui rica diversidade sociocultural, proveniente de um amplo povoamento de caboclos, ribeirinhos, quilombolas, que são permeados por rios e estradas. Essa região é constituída por uma área de 36.024,20 Km<sup>2</sup>, e é composta por 10 (dez) municípios: Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju e Tailândia (Ibge, 2021).

Sediada na comunidade rural do Ajó, a Associação Agroextrativista dos Moradores do Ajó – AMA, é uma iniciativa coletiva por meio da qual distintas agricultoras familiares da Comunidade têm a oportunidade de se fortalecerem enquanto grupo, bem como de consolidar as suas atividades produtivas e organizacionais (Maia; Alves, 2013). A organização social foi formalizada no ano de 2007 e sua principal estratégia, desde o início, foi valorizar os produtos provenientes da agricultura familiar, uma forma de agricultura pautada em uma dinâmica cuja ordem moral torna indissociáveis o trabalho, a família e a terra, além de remeter diretamente à transmissão do patrimônio material e cultural (Ploeg, 2008).

A primeira composição da AMA foi marcada pela forte presença de homens agricultores da comunidade. Entretanto, ao longo dos anos, a presença masculina diminuiu fortemente na associação em decorrência da falta de interesse nas atividades desenvolvidas na AMA e devido ao insucesso na tentativa de acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar (PRONAF)<sup>3</sup>. Após a saída dos homens, a AMA passou a ser formada essencialmente por 11 (onze) mulheres que estavam associadas e por um grupo de mulheres agricultoras da comunidade que ainda não eram associadas.

A trajetória histórica da AMA contou com o olhar inovador e corajoso de um grupo protagonizado por mulheres que enxergou uma potencialidade comercial nas frutas regionais que apodreciam nos quintais das suas casas ou que em alguns casos serviam de alimentos para os animais. Essas mulheres começaram, então, a extrair a polpa dessas frutas, incentivadas pelas formações e cursos ofertados pela Associação Paraense de

---

<sup>3</sup> O PRONAF é um programa de financiamento para custeio e investimentos em estabelecimentos rurais ou em comunidades rurais, que foi institucionalizado nacionalmente como política pública de crédito exclusivamente para a agricultura familiar em 1996, através do decreto presidencial nº 1.946 de 28 de julho de 1996 (Schneider; Cazella; Mattei, 2021).

Apoio às Comunidades Carentes (APACC), uma organização não governamental (ONG), cuja missão é contribuir com a educação e o trabalho em processos participativos e solidários, e o desenvolvimento sustentável e a justiça social na Amazônia.

Inspiradas pela qualificação profissional e guiadas pela necessidade e interesse de uma melhor qualidade de vida, este coletivo tem se tornado cada vez mais forte, coeso e com isso há um destaque à criatividade, resiliência e capacidade de articulação da AMA. Essa capacidade se materializa na tessitura de redes de cooperação que envolvem diversos atores sociais, como o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cametá (STTR), a Cooperativa Agroextrativista Resistência de Cametá (CART), a APACC, a Associação Unidade e Cooperação para o Desenvolvimento dos Povos (UCODEP), a Rede Jirau de Agroecologia, e as instituições de ensino superior, como o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), Universidade Estadual do Pará (UEPA) e Universidade Federal do Pará (UFPA). O trabalho desenvolvido pela Associação vem sendo fundamental para que a comunidade do Ajó ganhe evidência por suas iniciativas que se contrapõem aos projetos convencionais de desenvolvimento, como o monocultivo da pimenta-do-reino, e supere os impactos negativos ao ambiente e aos povos localizados nas proximidades da Usina Hidrelétrica de Tucuruí<sup>4</sup> (Piraux; Sombra; Simões, 2017).

De forma contra-hegemônica, a AMA vem construindo conhecimentos e práticas agroecológicas, baseados em relações harmônicas com o ambiente em que vivem e com o qual se relacionam, minimizando o impacto das atividades agrícolas no meio biofísico (Costabeber; Moyano, 2000). Dentre as mulheres associadas, a consolidação de uma consciência crítica acerca dos problemas apresentados à sociedade sobre as questões da insustentabilidade das práticas envolvidas no modelo de agricultura ‘convencional’ se dá concomitantemente à configuração de novos mercados de comercialização de seus produtos. Tal consolidação de consciência crítica, somada à criatividade dessas mulheres, permitiu que o grupo também conseguisse encontrar estratégias inclusive de sobrelevar a pandemia de Covid-19, organizando e comercializando cestas agroecológicas em Cametá.

---

<sup>4</sup> A obra de engenharia foi iniciada durante o regime militar para alimentar as grandes corporações do setor de alumínio no Pará e no Maranhão com energia a baixo custo. Entre os impactos provocados pela barragem, há registros de inundação de vasta extensão de floresta, deslocamento de populações indígenas, não indenização de famílias deslocadas pela obra, redução do pescado e poluição, erosão do leito e das margens do rio e elevado índice de malária. Destaca-se também o não atendimento das populações nativas com a energia gerada pela hidrelétrica (Almeida, 2010).

Dessa forma, com a atenção direcionada ao caso dessa associação, este artigo objetiva analisar a construção do conhecimento agroecológico entre mulheres que integram a Associação Agroextrativista dos Moradores do Ajó (AMA).

Para tanto, a pesquisa que embasa essa análise é de caráter qualitativo e envolveu instrumentos metodológicos como entrevistas semiestruturadas e observação participante. Todas as agricultoras associadas à AMA foram entrevistadas entre os meses de julho a agosto de 2022. A observação participante (Becker, 1997) permitiu a compilação de dados durante o acompanhamento de atividades cotidianas das agricultoras, tais como: reuniões, formações, palestras, colheita das frutas e extração das polpas. Para o registro das observações imagens também foram capturadas, com a devida autorização das agricultoras associadas à AMA.

As entrevistas foram transcritas com o auxílio do *software* de análise textual Iramuteq, que permite a realização de diferentes tipos de análises de dados textuais (Camargo; Justo, 2013). A organização dos dados das entrevistas foi feita usando o *Microsoft Office Excel*, que permitiu a disposição das entrevistas em planilhas. Esse procedimento foi utilizado para ajudar no registro e no conhecimento acerca das informações sobre a estrutura organizacional e da dinâmica social da AMA.

A análise foi realizada à luz, sobretudo, da Construção do Conhecimento Contextual (Oostindie; Broekhuizen, 2008) e da Construção do Conhecimento Agroecológico (Cotrim; Dal Soglio, 2016). A mescla dessas perspectivas apoia, nesse artigo, a leitura da construção do conhecimento agroecológico como processo realizado por meio da reavaliação do conhecimento contextual sobre as formas de uso do meio biofísico e sua integração com conhecimentos de origem acadêmico-científica, de forma contrária àquela positivista que invalida os conhecimentos que não são produto do método científico (Caporal, 2003).

O artigo está estruturado em quatro itens para além dessa introdução. No primeiro item, as perspectivas teóricas de Construção do Conhecimento Contextual e de Construção do Conhecimento Agroecológico são apresentadas com maior detalhamento. No segundo item, é evidenciado o processo de florescimento do conhecimento agroecológico entre as mulheres agroextrativistas do Ajó. Na sequência, ganha destaque a criatividade dessas mulheres para a superação das crises em tempos da pandemia de Covid-19. Por fim, as considerações finais indicam que a trajetória de construção e fortalecimento da AMA, alicerçada em trocas de experiências e na construção de conhecimentos agroecológicos, influencia diretamente em mudanças no âmbito familiar

dessas mulheres, tirando da invisibilização seu importante trabalho produtivo e reprodutivo, e irradia melhorias socioambientais e econômicas para o município com um todo.

## 2 A CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTOS AGROECOLÓGICOS

Com o passar dos anos e as visíveis consequências globais de uma modernização agrícola desenfreada, a sociedade viu a necessidade de buscar formas de agriculturas que não agredissem a natureza da maneira como vinha sendo feito até então. Com o objetivo de fazer com que os elementos naturais fossem ‘poupados’ para gerações vindouras, muitos países abriram espaço para formas alternativas de agricultura, em resposta à ‘convencional’.

Dessa maneira, a chamada agricultura alternativa contemplava uma série de diferentes estilos de agricultura, mais ou menos difundidas pelo mundo como: agricultura orgânica, agricultura biológica, agricultura biodinâmica, permacultura, agricultura natural, dentre outras. Cada um destes estilos seguia, e segue até hoje, particularidades tecnológicas, filosóficas e normativas que lhes conferem diferenças de estilo entre si, mantida em comum a ideia da sustentabilidade, especialmente a ambiental.

Neste contexto de busca e construção de novos conhecimentos, emerge a Agroecologia, apontada como um novo enfoque científico, capaz de dar suporte a uma transição a estilos de agriculturas sustentáveis (Caporal, 2003). Na Agroecologia, é central a compreensão dos processos graduais e multilíneares de transformação, não apenas nos sistemas produtivos como nas organizações sociais (Caporal, 2003). Esses processos de transição são inerentes à construção de novos conhecimentos, justamente porque a Agroecologia propõe uma ruptura epistemológica com o antigo conceito de “demarcação entre ciência e não ciência, e a consequente aceitação de que a ciência não tem o monopólio sobre o conhecimento válido” (Oliveira; Schneider; Charão-Marques, 2017, p. 234).

Em uma abordagem agroecológica, as agricultoras e os agricultores são entendidos como os detentores de conhecimentos coletivos acerca de produção econômica e reprodução sociocultural. São, portanto, o produto da inteligência criativa das populações rurais e aqueles que, por meio de criativas experimentações, melhor alinham seus meios de subsistência com a construção de ecossistemas. Por sua vez, essa valorização dos múltiplos conhecimentos que compõem a Agroecologia permite o amadurecimento de práticas mais contextualizadas aos territórios rurais, menos prejudiciais ao meio e à sociedade.

O conhecimento de agricultores dotados de agência social, ou da habilidade de traçar caminhos alternativos para o enfrentamento das situações problema que estão sob diversificadas formas de coerção, interliga-se ao processo de mudança social (Arce, 2013). Segundo Arce (2013), na luta contra as desigualdades sociais e a hegemonia política, certos conhecimentos serão incorporados às práticas de resistência dos atores sociais. De forma complementar, de acordo com Oostindie e Van Broekhuizen (2008), a promoção de estratégias em busca de soluções para o enfrentamento de problemas, ou de mudança social, tem por direcionamento o conhecimento contextual, que é originado pelo acúmulo de habilidades e capacidades dos atores.

Ainda de acordo com Oostindie e Van Broekhuizen (2008), a construção do conhecimento contextual pode ser entendida por quatro processos de aprendizagem:

- a) socialização, por meio da qual ocorre o compartilhamento coletivo de conhecimento local entre os indivíduos, ou seja, é um momento em que os atores sociais compartilharão seus conhecimentos locais;
- b) externalização, por meio da qual o conhecimento local que foi compartilhado, é re combinado e passa a ser externalizado de forma codificada;
- c) recombinação, envolve a reutilização de vários tipos e fontes de conhecimento local e científico, mediante uso de redes e outras vinculações para a criação de novos conhecimentos, o que implica dizer que os conhecimentos que são compartilhados podem interagir com outros tipos de conhecimentos, como o técnico e o científico;
- d) internalização, pelo qual alguns aspectos do conhecimento externo são filtrados, ou seja, é o momento no qual os atores sociais aprendem o conhecimento, o retransformam e o materializam em práticas diferenciadas.

Belussi e Pilotti (2011) trouxeram contribuições que valorizaram os processos de aprendizagem coletiva, relacionando o conhecimento contextual e o conhecimento tácito:

[...] devemos focar nossa atenção no processo de acumulação de o *conhecimento contextual* refere-se às capacidades técnicas e know-how que decorrem tanto do *conhecimento tácito* (difícil de transferir) quanto da absorção do conhecimento codificado disponível. Isso dá origem ao crescimento, ao longo do tempo, de agentes “conhecedores” (indivíduos, empresas e instituições) e, em relação a isso, a um estoque de “conhecimento contextual”. É importante frisar que, ao contrário do que pensava Marshall, o “conhecimento contextual” não está “no ar” (os observadores externos que cruzam os sistemas não têm acesso a ele), mas está arraigado no conhecimento agentes (Belussi; Pilotti, 2010, p. 3-4, *grifo nosso*).

Ao mesclar essas perspectivas de leitura de realidades, é possível compreender a construção do conhecimento agroecológico como uma construção contextual do

conhecimento que retroalimenta a Agroecologia como enfoque científico de ruptura epistemológica. O conhecimento construído de forma pessoal, ou tacitamente, pelos agricultores, se relaciona às habilidades práticas específicas, de maneira prática. Por outro lado, o conhecimento teórico ou científico se caracteriza majoritariamente por ser codificado como Agroecologia.

Dentro do campo de estudos sobre a Construção do Conhecimento Agroecológico (CCA), Cotrim e Dal Soglio (2016, p. 262) apontam que esta:

[...] começou a ser articulada dentro do conjunto de reflexões teóricas e metodológicas que se desenrolavam a partir da análise das externalidades do processo de modernização da agricultura e da emergência da Agroecologia. Alguns autores entendem a CCA apenas como o regresso a uma agricultura autóctone. Mas existem elementos que diferenciam o contemporâneo processo de construção do conhecimento do passado, em especial a constatação de que as práticas ligadas a agricultura estão de certa forma imbricadas com as tecnologias utilizadas no período modernizante que as reconfiguram. Também deve ser considerado que os atores envolvidos têm a percepção da insustentabilidade do processo modernizante, buscando uma mudança.

A construção do conhecimento na agricultura parte da compreensão de que os agricultores são atores sociais, que possuem a capacidade de compreender as situações nas quais estão envolvidos, sistematizar informações/artefatos, mobilizar discursos, construir projetos diferenciais e principalmente modificar realidades. E é entendida por Cotrim (2013, p. 20) como “[...] um processo de acúmulo de saber edificado no tempo pelos comunitários”. O que reflete as relações cotidianas que os agricultores estabelecem com os agroecossistemas, seja nas práticas de produção agrícola, seja na sua relação com a natureza, bem como na articulação e no diálogo dos conhecimentos entre os atores. Este conhecimento encontra-se culturalmente orientado e enraizado profundamente nas perspectivas ecológicas do espaço.

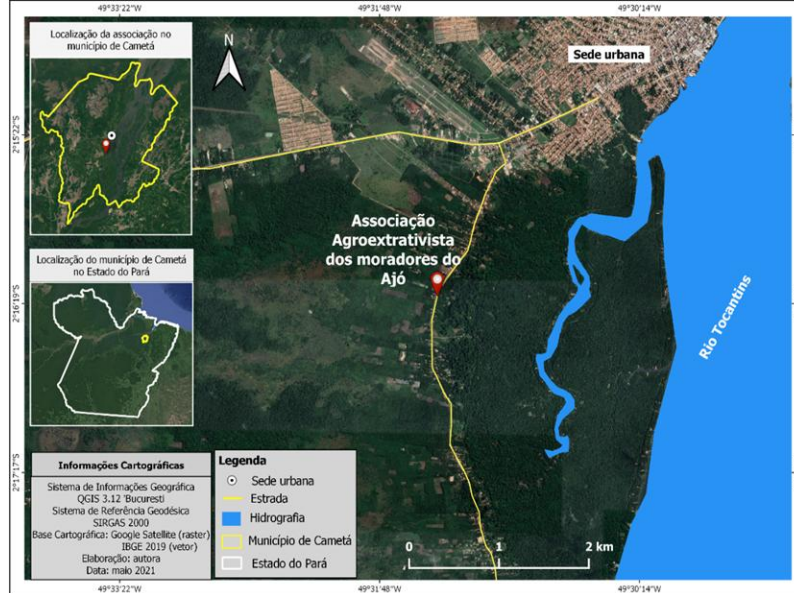
No contexto analisado, entre as mulheres da AMA, a construção de conhecimento e a práxis agroecológica se entrelaçam na realidade cotidiana e materializam sistemas agrícolas que não são organizações individuais, mas sistemas complexos e interconectados que envolvem as mulheres, suas famílias, suas comunidades, o meio biofísico, os mercados, dentre tantos outros elementos.

### **3 AS MULHERES AGROEXTRATIVISTAS DO AJÓ E A CONTEXTUALIZAÇÃO DE SEUS CONHECIMENTOS AGROECOLÓGICOS**

A comunidade rural do Ajó, onde situa-se a sede da AMA (Figura 1), é muito próxima do centro urbano, porém, esta se encontra em uma situação precária durante o chamado “inverno amazônico” (dezembro a maio). A estrada se torna intrafegável, o que prejudica o deslocamento dos moradores que precisam chegar à cidade para estudar,

trabalhar e escoar a sua produção de hortaliças, frutas (açai, acerola, cacau, cupuaçu, bacuri, goiaba, manga e taperebá), derivados da mandioca (farinha d’água, tapioca e farinha de tapioca) e outros produtos nas feiras livres do município.

Figura 1 - Localização da Associação Agroextrativista dos Moradores do Ajó – AMA



Fonte: elaborado pelas autoras a partir de base cartográfica do Google no ano 2024

De acordo com relatos dos moradores mais antigos, a comunidade teve origem a partir de um terreno de um padre da Igreja Católica. No período de auge do cultivo da pimenta-do-reino, este possuía um pimental que ocupava uma área extensa do que hoje é a comunidade. Muitos trabalhadores do campo se deslocavam da cidade para o pimental, tendo exercido suas funções por alguns anos na propriedade e recebido pequenos lotes como doação. Cada família iniciou seu próprio pimental e os grupos então estabeleceram-se ao longo da estrada.

Até o ano de 2004, o foco da comunidade era o cultivo da mandioca e da pimenta-do-reino. Este último demandava um intenso uso de agrotóxicos e fertilizantes nas plantações. A predominância da plantação de pimenta-do-reino na comunidade também se justifica em decorrência da influência que alguns moradores da comunidade de Ajó receberam no período que trabalharam no município de Tomé-Açu, distante, aproximadamente, 270 km de Cametá.

De acordo com Homma (2004), o desenvolvimento do cultivo da pimenta-do-reino no Estado do Pará, mais precisamente em Tomé-Açu, está relacionado à imigração japonesa na Amazônia. O fato de a pimenta-do-reino ter sido o principal produto agrícola do Estado, na década de 1980, fez com que muitos agricultores de Cametá fossem atraídos para trabalhar como diaristas nas áreas de produção desse monocultivo em Tomé-Açu.

Entretanto, o alto custo ambiental dessa atividade, pela contínua incorporação de novas áreas fugindo do espectro das doenças, como a fusariose, e a redução do preço do produto no mercado externo (Homma, 2004; Almeida, 2010) fizeram com que outras estratégias produtivas e de comercialização fossem buscadas pelos agricultores até então envolvidos com o monocultivo. Na comunidade do Ajó, esse apoio aos agricultores familiares para a mudança nos sistemas socioprodutivos veio por meio da APACC, no ano de 2003. Através das formações e das orientações fornecidas pela APACC, os agricultores da comunidade começaram a entender que as práticas que realizavam na plantação da pimenta-do-reino causavam impactos no solo, como a perda da fertilidade e erosão (Do Carmo; Sabóia, 2021).

As famílias, então, imbuídas de novos conhecimentos e possibilidades, deram início ao processo de diversificação de sua produção. Os agricultores passam a incluir nas plantações de pimenta-do-reino e mandioca outros tipos de cultivos, como: açaizeiro, acreoleira, goiabeira, bacurizeiro, cacaueiro, cupuaçu, mangueira, pupunheira, taperebá e as leguminosas, por exemplo. Após alguns anos, a pimenta-do-reino deixou de ser cultivada na estrada e deu espaço a vários Sistemas Agroflorestais (SAF), possibilitando a diversificação de cultivos nas unidades de produção da comunidade, permanecendo a mandioca e incluindo hortaliças e frutas. Nesse cenário de mudanças é que vem ganhando força um coletivo configurado por mulheres agricultoras que integram a AMA.

As entrevistas realizadas com as agricultoras associadas revelam que a relação da AMA com a APACC e outras instituições, como as instituições de ensino locais, gerou processos de observação e reflexão sobre as atividades que a AMA poderia desenvolver para além do acesso a crédito. A associação demonstrou potencial no incentivo à produção local da comunidade, especialmente em um projeto que mobilizou o fortalecimento da agricultura familiar por meio da comercialização de produtos agroecológicos (Altieri, 2004; Irineu, 2016) para o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA<sup>5</sup>. Com o apoio dos associados e orientações da APACC e da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, a AMA elaborou uma proposta de projeto para o PAA. A partir do conhecimento compartilhado, emergiu um projeto-piloto que visava o fornecimento de produtos agroecológicos oriundos da comunidade, como as polpas proveniente de frutas, e com

---

<sup>5</sup> O PAA consiste em um programa do Governo Federal, criado em 2003, visando promover o acesso à alimentação de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e, incentivar a agricultura familiar através da aquisição de alimentos de agricultores familiares e suas organizações (Siliprandi; Citrão, 2011).

isso uma série de modificações foram desenvolvidas e novas formulações foram propostas na associação.

No ano de 2009, o projeto foi aprovado na modalidade de Compra com Doação Simultânea, operacionalizada pela CONAB. Por meio desta modalidade, os produtos adquiridos das agricultoras da AMA foram entregues à Instituição da rede socioassistencial do município de Cametá-PA, a Pastoral da Criança, que passou a fazer a entrega das polpas de frutas para pessoas em situação de insegurança alimentar no município. Para executar esse projeto, foi necessário que todos os associados tivessem a antiga Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP)<sup>6</sup>, porém nem todos conseguiram. Iniciou, então, um processo de desligamento de parte dos associados da AMA, por insatisfação, já que essas pessoas tinham por objetivo a obtenção de lucro a curto prazo na associação. Após esse movimento de entrada e saída de associados, um grupo informal formado essencialmente por mulheres percebeu que a produção oriunda dos seus quintais poderia ser uma fonte de renda.

A organização em grupo foi uma forma encontrada por essas mulheres para minimizar os problemas enfrentados na comercialização e, dessa forma fortalecer a sua capacidade produtiva. Elas começaram desenvolvendo atividades que normalmente faziam em suas casas, como o artesanato, a produção de biscoitos da castanha-do-Pará, bombons de chocolate e doces, pois eram atividades que podiam ser desenvolvidas nos intervalos de outras tarefas domésticas. Todavia, novos desafios surgiram.

Em 2009, apenas algumas mulheres conseguiram obter as DAPs, pois algumas não eram associadas à AMA ou não conseguiram a assinatura dos maridos, que se recusaram a assinar a documentação necessária. Além disso, precisaram se atentar para o armazenamento das polpas das frutas, como expõe o trecho de entrevista da Entrevistada 1:

Não sabíamos onde íamos armazenar uma tonelada de polpa de fruta. Ficamos desesperadas, porque nenhuma de nós tinha crediário em lojas. Então, uma das associadas perguntou se nós, mulheres, confiávamos nela. Todas disseram que sim. Aí, ela saiu e horas depois voltou, com um carnê de uma compra no valor de R\$400,00. Foi o nosso primeiro freezer. Ela ficou sem nenhum centavo. Na cara e na coragem.

---

<sup>6</sup>A Declaração de Aptidão ao PRONAF- trata-se de um documento de identidade do agricultor familiar, que serve para que os agricultores familiares tenham acesso às políticas públicas do governo federal de incentivo à produção e geração de renda (Siliprandi; Citrão, 2011).

Com a chegada do freezer, essas mulheres começaram a executar o projeto em uma cozinha de uma das associadas, utilizando a despoldadeira do açaí para despoldar frutas, como a manga e o taperebá. Ali também selavam as embalagens com vela e uso de uma faca de aço. Após a visita da Vigilância Sanitária, elas souberam que precisariam adequar seu ambiente de trabalho com as frutas. Foi quando passaram a realizar suas atividades na cozinha de uma outra integrante do grupo, já com uma melhor infraestrutura. As atividades de coleta das frutas aconteciam com todas as associadas presentes, a maioria delas acompanhada de seus filhos.

No ano seguinte, em 2010, as mulheres associadas à AMA conseguiram cumprir o primeiro projeto acessado (PAA), o que resultou em um grande incentivo para elas. Não apenas elas, como seus filhos e maridos passaram a valorizar a sua produção. A geração de renda ajudou, inclusive, na estruturação da associação. Com o recurso recebido, essas mulheres deram início à construção do espaço da associação. Em 2011, a AMA, contando com o apoio da APAAC, elaborou um segundo projeto para o PAA, voltado ao beneficiamento das frutas disponíveis na comunidade. Dentre as frutas estavam: cupuaçu, manga, goiaba, acerola, açaí e taperebá. Por ser um projeto maior que o primeiro, foi necessário executá-lo em dois anos (2012 e 2013).

Na comunidade rural de Ajó, o PAA incentivou a produção agroecológica das mulheres associadas à AMA. O apoio da política pública também foi retroalimentador da geração de conhecimento contextual sobre a agroecologia. Este, por sua vez, foi produzido de forma não linear, imbuído de práticas que necessitaram de ajustes ao longo do tempo, assim como do fortalecimento das relações estabelecidas entre as mulheres e os outros atores sociais de Cameté. As configurações estabelecidas permitiram que diferentes redes fossem tecidas e que novas oportunidades fossem abertas.

No ano de 2014, a AMA concorreu e teve um projeto aprovado no âmbito de um edital do Instituto Consulado da Mulher. Com isso, recebeu uma visita técnica dos representantes para conhecerem o espaço dessa associação. Vale mencionar que esse instituto faz parte de um conjunto de ações sociais realizadas pela empresa de eletrodomésticos Consul e tem por objetivo incentivar e viabilizar a geração de renda através de investimentos em empreendimentos femininos.

Em 2015, a AMA recebeu recursos financeiros e maquinários, como: freezer, fogão, geladeira, filtro d'água e a seladora. O recurso financeiro foi aplicado na ampliação do espaço físico da associação, que aconteceu em 2016. Essas mulheres também criaram um fundo, essencial à adequação e à ampliação de seu espaço. Em 2017, essas agricultoras

conseguiram aprovar o terceiro projeto do PAA e, neste mesmo ano, conseguiram o Certificado e registro Artesanal emitido pela Agência de Defesa Agropecuária do estado do Pará (ADEPARÁ). Esse registro passou a assegurar a qualidade do produto, atestando que os produtos da AMA foram elaborados em conformidade com um protocolo higiênico e sanitário e obedecendo boas práticas de fabricação. Isso facilitou com que, em 2019, a AMA conseguisse acessar o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)<sup>7</sup>, fornecendo alimentação escolar para o Instituto Federal do Pará - IFPA/Campus Cametá.

Como desdobramento da compreensão de seu potencial produtivo, no mesmo ano, a AMA passou a realizar parcerias com outras empresas, como a MANIOCA e a Natura Cosméticos. Para a MANIOCA, começou a comercializar polpas de frutas, que servem para a produção de produtos alimentícios. E, para a Natura, sementes de oleaginosas para a produção de óleos e hidratantes corporais. A relação com essas empresas evidencia a relatividade da autonomia dessas agricultoras em face ao mercado (Ploeg, 2008).

Ainda que a coprodução – entendida como o encontro e interação mútua entre essas mulheres e a natureza viva – seja basilar para suas práticas e conhecimentos agroecológicos, o rompimento dessas mulheres com o mercado capitalista não é percebido como algo tangível. Sua estratégia de luta por ampliação dessa autonomia passa, justamente, por diversificar os mercados nos quais seus produtos são comercializados. A participação nas Feiras Agroecológicas, organizadas semanalmente pela APACC e Rede Jirau de Agroecologia, em Cametá, por exemplo, se apresenta como mais uma opção de mercado, geração de renda e resistência dessas mulheres.

Outra estratégia concebida por essas mulheres que difere da uniformização proposta para o espaço rural dentro dos padrões de desenvolvimento orientados à liberalização e à industrialização, é a agroindustrialização da produção agroecológica. No espaço da agroindústria onde trabalham essas mulheres e, por vezes, seus filhos e filhas, são processados e transformados produtos de origem vegetal, a partir dos quais há agregação de valor e de características específicas aos alimentos. Essa agroindústria representa uma forma de reprodução social construída por essas mulheres, que envolve tanto conhecimentos, habilidades e recursos, como os contextos locais e culturais onde vivem elas e suas famílias.

---

<sup>7</sup> Trata-se de uma política pública de atendimento universalizado a estudantes matriculados na rede pública de ensino, que se constituiu como uma importante garantia de acesso à alimentação no espaço escolar.

Atualmente, as atividades desenvolvidas na agroindústria da AMA estão relacionadas com o aproveitamento de frutas regionais para a produção de polpas (de manga, cupuaçu, taperebá, açaí, goiaba, acerola e caju), de geleias (de manga, cupuaçu e goiaba), de chocolate (elaborado com base no cacau), recheio dos bombons (de coco, cupuaçu, bacuri, castanha-do-Pará). Essas mulheres também elaboram ali pães caseiros, biscoitos, bolos e mingaus. Os alimentos processados são comercializados para o PAA, o PNAE e feiras agroecológicas locais e regionais.

Olhando para a configuração da AMA com as lentes emprestadas da construção de conhecimento contextual (Oostindie; Van Broekhuizen, 2008), é possível compreender e valorizar a socialização de conhecimentos entre as agricultoras associadas à AMA. Enxerga-se as trocas coletivas de seus conhecimentos relacionados não apenas à produção de alimentos mas, sobretudo, à importância sociopolítica que a associação desempenha.

As práticas desenvolvidas pelas agricultoras associadas à AMA, baseadas em princípios e conhecimentos agroecológicos, se consolidaram também devido à aproximação da APACC à comunidade, o que possibilitou formações, cursos e palestras. A internalização de conhecimentos caracterizados como externos à comunidade, e que foram transformados em conhecimento tácito, geraram um processo de modificação nas práticas dessas agricultoras.

A externalização do conhecimento pode ser observada, principalmente, quando as mulheres da AMA compartilham as experiências da associação e delas próprias em diversos espaços para os quais vêm sendo convidadas a participar. Esses espaços são desde aulas que acontecem nas universidades que estão presentes na região até palestras que ministram fora do Pará. A recombinação de conhecimentos é visualizada como a culminância desses momentos de interações, que envolvem agricultores, professores, extensionistas rurais, gestores públicos, entre outros.

#### **4 CRIATIVIDADE PARA A SUPERAÇÃO DAS CRISES EM TEMPOS DA PANDEMIA DE COVID-19**

Essa rede de cooperação à qual a AMA está correlacionada foi importante para ajudar as mulheres do Ajó a enfrentarem as dificuldades acentuadas pelo contexto pandêmico, de *Covid-19*, iniciado em 2020. As mulheres não tiveram como interromper as atividades na associação, por trabalharem com frutas regionais, cujo tempo de frutificação e amadurecimento não podem ser alterados. Entretanto, tiveram que se adaptar e organizar suas atividades relacionadas a aspectos produtivos e organizacionais, como destacado pela Entrevistada 2:

Na pandemia, estávamos trabalhando, organizamos os grupos. Um(a)s coletavam, outras lavavam, despulpavam e guardavam as polpas retiradas. Não ficamos todas juntas.

As agricultoras da AMA tiveram que ajustar estratégias, inclusive de fornecimento da alimentação escolar que estava sendo entregue ao IFPA através do PNAE. Se organizaram e negociaram para que não perdessem os contratos firmados, como evidencia a Entrevistada 3:

Na pandemia, a gente deu uma parada no começo, mas, retornamos após a nossa organização em grupos de trabalho. Era antes da vacinação, mas a gente usava máscaras, luvas. Vinha duas de manhã, duas à tarde, a gente se revezava, para não ficar todo mundo junto. Aí, algumas associadas mandaram suas filhas para substituir elas, já são de idade. Até em reuniões a gente ficava separada, para não ter contato com as outras. Estávamos entregando lanche para o IFPA e tivemos que nos adequar. Passar a entregar as cestas [kits de alimentação escolar] no lugar do lanche, porque os alunos não estavam indo presencialmente e muitos precisavam daquele lanche. Nossa! Isso foi uma alegria para gente. Poder ajudar outras famílias nesse momento muito difícil, porque ajudar o outro é muito bom.

A AMA desenvolveu um papel essencial em Cametá no período da pandemia de *Covid-19*. As mulheres do Ajó desenvolveram diversas ações que contemplaram não apenas elas e suas famílias, como também outros agricultores de sua comunidade e de outras comunidades rurais próximas, demonstrando uma preocupação coletiva. Com a paralisação das vendas nas feiras livres e agroecológicas, a associação passou a comprar produtos agroecológicos dos agricultores do Ajó e de outras comunidades próximas, que não estavam associados à AMA, para compor cestas de produtos *in natura*, que passaram a ser comercializadas por encomenda de consumidores locais.

Já buscando aperfeiçoar essas vendas, em 2021, a AMA foi em busca de novos parceiros que pudessem contribuir com aparatos de informática e comunicação para a associação. Iniciou, então, uma nova parceria com a rede Conexões Sustentáveis (CONEXSUS). A rede articula ações estratégicas, como metodologias e instrumentos financeiros inovadores, que focam em soluções para os principais problemas verificados em negócios comunitários rurais e florestais. Com o apoio da CONEXSUS e da APACC, a sede da associação passou a ter rede de internet e as agricultoras associadas participaram de formações sobre informática e comunicação. As cestas passaram a ser divulgadas por aplicativos de telefone e pelas redes sociais.

Em 2022, a partir da parceria com a Natura, a AMA conseguiu recursos financeiros para arcar com os custos de mais uma ampliação do espaço da associação, contando com: cozinha, sala de reunião, banheiro, escritório e vestuário. Atualmente, a sede da associação conta com esses espaços e com a agroindústria.

Como é possível verificar, junto a outros atores sociais, novos espaços de trocas - de conhecimentos, experiências e projetos - foram possibilitados a essas mulheres, apoiando-as na visibilização de sua importância para além das fronteiras geográficas do município. Com o passar dos anos, essas agricultoras estabeleceram uma forma de organização social vinculada ao território, à sua identidade, ao seu modo de vida.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A trajetória da AMA permite a problematização da relação entre sua emergência e a consolidação das práticas produtivas e organizacionais transformadoras das dinâmicas territoriais em Cametá, especialmente no que se refere à Agroecologia.

A consolidação da AMA se deu baseada na compreensão das mulheres de que a construção do conhecimento se dá coletivamente e progressivamente, entre elas, e entre elas e outros parceiros que atuam no município e região. Para essas mulheres, as suas distintas experimentações nos sistemas produtivos, mas, sobretudo organizacional, foram o trilhar do caminho para a edificação de sua versão do que é Agroecologia. As redes tecidas por elas, envolvendo suas famílias, organizações não governamentais, instituições de ensino superior, consumidores de seus alimentos, dentre outros atores sociais, se materializam como Agroecologia, bem como sua estratégia de processamento de frutos regionais em uma agroindústria na qual o protagonismo é delas.

Da mesma forma, a busca por melhores condições de vida, para além do âmbito familiar, coloca em destaque o projeto coletivo de Agroecologia que essas mulheres compõem. Ao passo que lutam pela consolidação de sua agroindústria, pelo acesso ao mercado institucional e garantia do espaço de comercialização em feiras regionais, contribuem para uma alimentação desprovida de agrotóxicos e respeitosa para com os hábitos culturais das pessoas do município, em especial dos estudantes.

As parcerias com diferentes segmentos da sociedade civil, viabilizando cursos e formações, e expandindo as possibilidades socioeconômicas por meio das relações de reciprocidade, como a ajuda mútua, a confiança, a cooperação e o compartilhamento de recursos confere ao arranjo organizacional da AMA um caráter inovador. Tanto quanto o fato de que vem possibilitando a mulheres do campo, que antes tinham seu trabalho pouco (ou não) valorizado, a percepção do valor de seus conhecimentos acerca da natureza, dos tempos de colheita das frutas, do manejo das espécies vegetais e das melhores formas de armazenamento. Este arranjo organizacional também se mostrou criativo no enfrentamento dos desafios da pandemia, mantendo não apenas a oferta de alimentos aos

consumidores como a saúde (física, mental, emocional e econômica) dessas mulheres e de suas famílias.

Essas constatações apoiam a explicação de que o caráter econômico não é o único pilar de sustentação dessa associação. Ela acaba se configurando como mais do que um meio de acesso aos mercados. Ganha contornos de um espaço de recomposição de autoestima feminina e de força política. Com a entrada das mulheres na AMA, houve uma necessidade de separação das atividades domésticas, mas com o tempo, a organização foi sendo subdividida e as formas de vida se ampliaram, com as mulheres apoiando-se mutuamente em amizade, confiança, companheirismo e reciprocidade. Além do supracitado acima, a consolidação dessa organização teve impactos significativos nas transformações socioprodutivas e organizacionais na vida das mulheres associadas, oportunizando a elas alcançarem autonomia pessoal, financeira e institucional.

A AMA, inclusive, emerge como uma forma de contestação de uma relação histórica que excluía as mulheres dos espaços de decisão. Através do associativismo, a vida das mulheres melhorou, permitindo o estabelecimento de estratégias de produção pensadas coletivamente e o enfrentamento dos desafios e preconceitos por serem mulheres.

Mesmo com inúmeras adversidades superadas, a experiência da AMA revela ainda os desafios que a Agroecologia, materializada por mulheres de um município do interior do Pará, enfrenta. Sua relação com empresas como a Natura provoca a reflexão acerca da relatividade da autonomia dessas agricultoras em face ao mercado. O rompimento dessas mulheres com o mercado capitalista não é percebido por elas, nesse momento, como algo cabível. Nesse sentido, propõe-se que novas pesquisas possam ser realizadas para entender qual o espaço de manobra dessas mulheres para ampliarem significativamente sua autonomia em face a esses mercados.

De modo geral, a partir das lentes teóricas utilizadas na análise, foi possível analisar as estratégias desenvolvidas pelas mulheres da AMA, bem como o conhecimento contextual por elas construído, o qual possibilitou a elas o desenvolvimento de novas práticas agroecológicas, como o manejo das espécies vegetais e das melhores formas de armazenamento, e o dinâmico aperfeiçoamento da organização.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rogério. Amazônia, Pará e o mundo das águas do Baixo Tocantins. *Estudos avançados*, v. 24, p. 291-298, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142010000100020>.

ALTIERI, Miguel. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. Disponível em: <https://biowit.wordpress.com/wp-content/uploads/2010/11/agroecologia-a-dinc3a2mica-produtiva-da-agricultura-sustentc3a1vel.pdf>.

ARCE, Alberto. Conocimiento, espacio y actores en la innovación social. *Escalando innovaciones rurales*, p. 37-85, 2013. Disponível em: [em:1484160049Escalando\\_innovaciones\\_rurales.pdf](https://www.researchgate.net/publication/267566394_Knowledge_creation_and_collective_learning_in_the_Italian_local_production_systems).

BECKER, Howard Saul. Observação social e estudos de caso sociais. *Métodos de pesquisa em ciências sociais*, v. 4, p. 117-133, 1997.

BELUSSI, Fiorenza; PILOTTI, Luciano. *Knowledge creation and collective learning in the Italian local production systems*. Departamento de Scienze Economiche Marco Fanno. Università di Padova, 2000. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/267566394\\_Knowledge\\_creation\\_and\\_collective\\_learning\\_in\\_the\\_Italian\\_local\\_production\\_systems](https://www.researchgate.net/publication/267566394_Knowledge_creation_and_collective_learning_in_the_Italian_local_production_systems).

CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em psicologia*, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5137/513751532016.pdf>.

CAPORAL, Francisco Roberto. Bases para uma nova ATER pública. *Revista Extensão Rural*, Santa Maria, n. 10, v. 8, p. 1-20, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/5546>.

COSTABEBER, José Antônio; MOYANO, Eduardo. Transição agroecológica e ação social coletiva. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, v. 1, n. 4, p. 50-60, 2000. Disponível em: [https://www.agraer.ms.gov.br/wp-content/uploads/2015/05/Acao\\_coletiva\\_e\\_transicao\\_agroecologica.pdf](https://www.agraer.ms.gov.br/wp-content/uploads/2015/05/Acao_coletiva_e_transicao_agroecologica.pdf).

COTRIM, Décio Souza. *O estudo da participação na interface dos atores na arena de construção do conhecimento agroecológico*, 2013. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/79129>. Acesso em: 03 dez. 2023.

COTRIM, Décio Souza; DAL SOGLIO, Fábio Kessler. Construção do Conhecimento Agroecológico: Problematizando a noção. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 11, n. 3, p. 259-271, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbagroecologia/article/view/49914>.

DIEGUES, Antônio Carlos. *Ilhas e mares: simbolismo e imaginário*. São Paulo: Editora Hucitec, 1998. 298 p. Disponível em: <https://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/Ilhas%20e%20Mares.pdf>.

GAZOLLA, Márcio; SCNHEIDER, Sérgio. Conhecimentos, produção de novidades e transições sociotécnicas nas agroindústrias familiares. *Organizações Rurais & Agroindústrias*, v. 17, n. 2, p. 179-194, 2015. Disponível em: <https://www.revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/download/991/484>.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. Dinâmica dos sistemas agroflorestais: o caso da Colônia Agrícola de Tomé- Açu, Pará. *Revista do Instituto de Estudos Superiores da Amazônia*, v. 2, p. 57- 65. 2004. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/401613/1/08O395.pdf>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo demográfico 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/cameta/panorama>.

IRINEU, Nádia Silvério Oliveira. *Dimensões da agroecologia na produção e comercialização de agricultores familiares no Distrito Federal e Entorno*. 2016. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) – Faculdade Unb Planaltina, Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/21536/1/2016\\_N%c3%a1diaSilv%c3%a9rioOliveiraIrineu.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/21536/1/2016_N%c3%a1diaSilv%c3%a9rioOliveiraIrineu.pdf).

LIBERMANN, Angelita Pinto; BERTOLINI, Geysler Rogis Flor. Tendências de pesquisa em políticas públicas: uma avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 20, p. 3533-3546, 2015. Disponível em: [https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource\\_ssm\\_path=/media/assets/csc/v20n11/1413-8123-csc-20-11-3533.pdf](https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csc/v20n11/1413-8123-csc-20-11-3533.pdf).

MAIA, Marta Andrade; ALVES, Daniela Cristina. Cooperativismo e Agricultura familiar: um estudo de caso. *Revista de Administração IMED*, v. 3, n. 3, p. 194-208, 2013. Disponível em: <http://seer.atitus.edu.br/index.php/raimed/article/view/374>.

OOSTINDIE, Henk; VAN BROEKHUIZEN, Rudolf. The dynamics of novelty production. *Unfolding Webs-The Dynamics of Regional Rural Development*. Koninklijke Van Gorcum, p. 68-86, 2008. Disponível em: <https://edepot.wur.nl/368786>. Acesso em: 26 maio 2022.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. *Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008. Disponível em: <https://edepot.wur.nl/424203>.

PIRAUX, Marc; SOMBRA, Daniel; SIMÕES, Aquiles. *A diversidade socioespacial do território do Baixo Tocantins e impactos na agricultura familiar*. Na várzea e na terra firme: transformações socioambientais e reinvenções camponesas. Belém: NUMA/UFPA, p. 77-114, 2017. Disponível em: [https://www.academia.edu/download/60679091/Cap\\_2017\\_-\\_A\\_diversidade\\_socioespacial\\_do\\_Territorio\\_do\\_Baixo\\_Tocantins20190923-10639-10uhna4.pdf](https://www.academia.edu/download/60679091/Cap_2017_-_A_diversidade_socioespacial_do_Territorio_do_Baixo_Tocantins20190923-10639-10uhna4.pdf).

RADOMSKY, Guilherme; SCHNEIDER, Sergio. Nas teias da economia: o papel das redes sociais e da reciprocidade nos processos locais de desenvolvimento. *Sociedade e Estado*, v. 22, p. 249-284, 2007. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/se/a/shZqyZYDDLv5bx5pJFWd39z/?lang=pt>.

SILIPRANDI, Emma; CINTRÃO, Rosângela. As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). *Segurança Alimentar e Nutricional*, v. 18, n. 2, p. 13-32, 2011. Disponível em:  
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634675>.